

ESCREVIVÊNCIA, RACISMO, VIDA E SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**ESCREVIVÊNCIA, RACISM, LIFE, AND HEALTH AMONG BLACK COMMUNITIES IN INLAND BAHIA****ESCREVIVENCIA: RACISMO, VIDA Y SALUD EN COMUNIDADES NEGRAS DEL INTERIOR DEL ESTADO DE BAHÍA**

10.56238/revgeov17n2-012

João Carlos dos Santos

Doutorando em Saúde Pública

Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: joaocarlosalom@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8198-3541>Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1861626949588197>**Ricardo José Soares Pontes**

Prof. Dr.

Instituição: Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: rjpontesufc@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8976-4562>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0178262414573840>**João Carlos Gomes dos Santos Júnior**

Graduado em Psicologia

Instituição: Universidade Regional de Blumenau

E-mail: psijoaogs@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6498-084X>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8954283570629743>**João Levi Silva Dos Santos**

Graduando em Fisioterapia

Instituição: Universidade Christus Fortaleza

E-mail: santosjoaolevisilvadossantos@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4212-3152>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9391041830790824>**RESUMO**

O conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, refere-se a uma escrita que articula experiência pessoal, memória coletiva e trajetória histórica do povo negro. Este artigo tem como objetivo descrever o impacto do racismo na vida e na saúde de pessoas negras do interior do estado da Bahia, a partir da escrevivência do autor e das narrativas de membros de sua família. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho antropológico e histórico, que utiliza a escrevivência como



procedimento metodológico central, articulada à coleta de narrativas de histórias de vida de familiares paternos e maternos, com idade igual ou superior a 55 anos, considerados informantes-chave. Os relatos foram registrados por meio de gravações e diário de campo, sendo analisados a partir da interpretação hermenêutica, na perspectiva dos estudos antropológicos e da população negra. A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer nº 7.912.810. Os resultados evidenciam os impactos do racismo estrutural na trajetória de vida e no adoecimento físico e emocional dos membros da família Santos, bem como o apagamento histórico da ancestralidade negra, dificultado pela ausência de registros oficiais e pela violência histórica da escravização. O estudo contribui para o debate sobre racismo, saúde da população negra e epistemologias negras, além de apresentar a *escrevivência* como metodologia científica relevante no âmbito da pós-graduação e da produção acadêmica brasileira.

Palavras-chave: *Escrevivência*. Minorias Étnicas. Racismo.

ABSTRACT

The concept of *escrevivência*, coined by Conceição Evaristo, refers to a form of writing that articulates personal experience, collective memory, and the historical trajectory of the Black population. This article aims to describe the impact of racism on the lives and health of Black people living in the interior of the state of Bahia, Brazil, based on the author's *escrevivência* and the life narratives of members of his family. This qualitative study adopts an anthropological and historical approach, in which *escrevivência* constitutes the central methodological procedure, articulated with the collection of life-history narratives from paternal and maternal family members aged 55 years or older, considered key informants. The narratives were recorded through audio recordings and documented in field notes, and were analyzed using hermeneutic interpretation, grounded in anthropological studies and the perspective of the Black population. The research was approved by a Research Ethics Committee (Approval No. 7,912,810). The findings reveal the effects of structural racism on life trajectories and on the physical and emotional health of members of the Santos family, as well as the historical erasure of Black ancestry, intensified by the lack of official records and by the violence inherent in the enslavement process. The study contributes to discussions on racism, Black population health, and Black epistemologies, highlighting *escrevivência* as a relevant scientific methodology within graduate studies and Brazilian academic production.

Keywords: *Escrevivência*. Ethnic Minorities. Racism.

RESUMEN

El concepto de *escrevivencia*, acuñado por Conceição Evaristo, se refiere a una escritura que articula la experiencia personal, la memoria colectiva y la trayectoria histórica del pueblo negro. Este artículo tiene como objetivo describir el impacto del racismo en la vida y en la salud de personas negras del interior del estado de Bahía, a partir de la *escrevivencia* del autor y de las narrativas de miembros de su familia. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter antropológico e histórico, que utiliza la *escrevivencia* como procedimiento metodológico central, articulada con la recolección de narrativas de historias de vida de familiares paternos y maternos, con edad igual o superior a 55 años, considerados informantes clave. Los relatos fueron registrados mediante grabaciones y diario de campo, y analizados a partir de la interpretación hermenéutica, desde la perspectiva de los estudios antropológicos y de la salud de la población negra. La investigación fue aprobada por un Comité de Ética en Investigación, de acuerdo con el dictamen n.º 7.912.810. Los resultados evidencian los impactos del racismo estructural en la trayectoria de vida y en el proceso de enfermedad física y emocional de los miembros de la familia Santos, así como el borramiento histórico de la ancestralidad negra, agravado por la ausencia de registros oficiales y por la violencia histórica de la esclavización. El estudio contribuye al debate sobre racismo, salud de la población negra y epistemologías negras, además de presentar la *escrevivencia* como una metodología científica relevante en el ámbito del posgrado y de la producción académica brasileña.



Palabras-clave: Escrivencia. Minorías Étnicas. Racismo.



1 INTRODUÇÃO

“Escrevivência representa relembrar o passado, viver o presente e pensar no futuro”

O termo *escrevivência* designa uma forma de escrita que se articula indissociavelmente à vivência de quem escreve, integrando memórias individuais, coletivas e ancestrais. Trata-se de uma escrita que emerge da experiência concreta e histórica de sujeitos negros, especialmente de mulheres negras, e que se constitui como narrativa comprometida com a memória de seu povo, suas trajetórias e suas lutas. A *escrevivência* mobiliza a experiência como fundamento para a construção de narrativas que expressam vivências coletivas, assumindo, assim, uma dimensão política e epistemológica. Nesse sentido, tem sido utilizada tanto como ferramenta metodológica quanto como método de investigação e produção de conhecimento, ancorada em uma posicionalidade implicada, na qual o sujeito pesquisador não se dissocia do objeto de estudo (Remenche; Sippel, 2019).

Enquanto recurso teórico-metodológico, a *escrevivência* tem se afirmado como um caminho legítimo para a produção e a escrita de trabalhos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras negras, especialmente aqueles que partem de narrativas autobiográficas e de experiências de si. Esse tipo de produção tem contribuído para o crescimento de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento que adotam a autobiografia e a implicação subjetiva como estratégias de elaboração teórica. Ao assumir a experiência vivida como ponto de partida para a reflexão crítica, a *escrevivência* promove o engajamento do pesquisador no texto e rompe com a pretensa neutralidade científica que historicamente sustentou epistemologias eurocentradas. Desse modo, vincula-se à construção de novas epistemologias, nas quais sujeitos negros deixam de ocupar posições subalternizadas e passam a se afirmar como protagonistas e produtores de conhecimento, deslocando-se dos referenciais teóricos hegemônicos do eurocentrismo. Além disso, a *escrevivência* convoca o pesquisador a reconhecer sua pertença étnico-racial e a se posicionar politicamente, compreendendo a pesquisa como prática indissociável da afirmação identitária e da negritude enquanto projeto ético-político (Evangelista et al., 2021).

A *escrevivência* também se configura como um dispositivo de pesquisa capaz de articular múltiplos desafios contemporâneos, tais como o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, a crítica à objetificação de pessoas negras (especialmente das mulheres negras) e a criação de espaços de produção de saber sustentados por essas mesmas mulheres. Ao resgatar vozes e memórias historicamente silenciadas pelos discursos dominantes, a *escrevivência* permite escutar experiências vividas, bem como subversões subjetivas e políticas que se contrapõem aos enquadramentos coloniais do saber e do ser. Nesse contexto, é compreendida como uma denominação atribuída àquelas pessoas que organizam e produzem conhecimentos de resistência por meio de fontes não tradicionais de produção intelectual. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ruptura com os mecanismos de silenciamento impostos a sujeitos que não transitam em espaços considerados autorizados para a



produção do conhecimento. Para além de seu potencial literário e metodológico, a escrevivência fundamenta escolhas que são, simultaneamente, políticas, sociais e culturais, intrinsecamente vinculadas às lutas históricas das mulheres negras (Bispo, 2023).

Nesse sentido, a escrevivência pode ser compreendida como um conceito-experiência, que convida à valorização de autoras e autores negros e à inserção de suas produções em diálogo com teóricos de diferentes áreas do conhecimento. Ao tensionar a norma colonial que historicamente orientou a produção científica, a escrevivência viabiliza a circulação de trabalhos formulados por sujeitos negros, rompendo com a exclusão epistemológica imposta a esses grupos. Enquanto caminho metodológico, constitui-se como um ato político, pois o conhecimento produzido a partir da escrevivência emerge diretamente das lutas das mulheres negras e, portanto, exige um posicionamento político explícito. As autoras que se valem desse recurso partem de pensamentos, sentimentos e experiências de vida para a elaboração conceitual, atribuindo significados aos fenômenos estudados e evidenciando processos históricos em consonância com os contextos sociais nos quais estão inseridas. No campo da educação em ciências, por exemplo, esse movimento implica revisitar os conceitos científicos à luz de seus aspectos históricos, sociais e políticos, identificando coerências e tensões com as lutas cotidianas dessa parcela da população (Ribeiro; Giraldi; Cassiani, 2021).

Pereira e Pereira (2021) diferenciam a escrevivência de métodos como a autoetnografia ou a autobiografia ao enfatizar o reconhecimento do protagonismo intelectual das pessoas negras no processo de escrita acadêmica. Para os autores, a escrevivência se afirma como possibilidade legítima de produção científica na medida em que coloca sujeitos negros como donos de sua própria escrita, especialmente nos enfrentamentos ao racismo institucional, às desigualdades de gênero e às estruturas do pensamento social crítico. Ao romper com o lugar historicamente reservado à subalternidade, a escrevivência inaugura novas formas de produção epistemológica, protagonizadas por sujeitos que, durante muito tempo, foram excluídos do espaço universitário. Esse aspecto constitui um diferencial central do método da escrevivência.

Assim, a escrevivência representa um ato de insubordinação ao racismo que determina os lugares socialmente permitidos aos sujeitos negros, frequentemente restritos à marginalidade e à exclusão dos espaços acadêmicos. Não se trata da valorização de uma história estritamente pessoal, mas da afirmação da coletividade e da ancestralidade silenciada pelos processos de violência e barbárie da escravidão. Nesse sentido, configura-se como um gesto de reparação histórica diante das injustiças sociais e como uma prática de desobediência às normas coloniais que ainda estruturam as universidades, definindo o que pode ou não ser escrito, dito ou reconhecido como científico. A recorrente tentativa de questionar a cientificidade da escrevivência revela o racismo institucional presente na academia, especialmente quando essa metodologia evidencia o protagonismo de sujeitos historicamente subalternizados e as contribuições das mulheres negras para o pensamento crítico e



para a transformação social. Ao afirmar que não são mais objetos de pesquisa, mas protagonistas de suas próprias histórias e investigações, a escrevivência desestabiliza uma tradição acadêmica que historicamente objetificou corpos e saberes negros. Trata-se, portanto, de um processo de libertação intelectual que fortalece a autoestima de um povo resistente e resiliente, comprometido com a preservação de sua herança cultural, com a valorização de sua história e com a construção de um legado de luta, vida, superação e dignidade para as gerações futuras.

Do ponto de vista morfológico, o termo escrevivência resulta da associação entre os verbos escrever e viver, sendo definido como a escrita de vivências ou de fatos experienciados, recuperados por meio da narrativa de histórias e experiências de mulheres negras na luta contra a discriminação e a violência. Essa proposta de escrita visa borrar o imaginário social que historicamente confinou a população negra a funções determinadas pelo sistema escravocrata. Estabelece-se, assim, uma relação intrínseca entre o ato de escrever e a intenção de assumir, registrar e ressignificar experiências vividas por negros e negras ao longo da história da escravidão no Brasil. As narrativas que emergem da escrevivência trazem relatos de vidas marcadas pela escravidão ou pelas adversidades dela decorrentes, articulando memórias individuais e ancestrais, bem como experiências coletivas da população negra brasileira. Ainda que parta de vivências singulares, a escrevivência assume um sentido coletivo ao mesclar história não oficial, memória individual e memória coletiva, silenciadas pelo regime escravocrata. Trata-se de uma escrita voltada às memórias traumáticas e aos relatos de sobrevivência diante de processos históricos de desumanização, frequentemente desvalorizados quando produzidos por escritores negros, mas fundamentais para a compreensão da sociedade contemporânea (Fonseca, 2023).

Por fim, Munanga (2003) conceitua o racismo como uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas, fundamentada na associação entre características físicas e atributos morais, intelectuais e culturais. Essa ideologia sustenta a ideia de que determinados grupos sociais, identificados por traços culturais, linguísticos ou religiosos, seriam naturalmente inferiores a outros, atribuindo às características biológicas explicações para desigualdades sociais, intelectuais e morais. O racismo, portanto, opera como uma ideologia que fragmenta a humanidade, estabelecendo hierarquias raciais e legitimando a dominação de determinados grupos sobre outros, com profundas implicações sociais, políticas e epistemológicas.

A população negra no Brasil é definida como o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, o(a) próprio(a) usuário(a) define qual é a sua raça/cor, com exceção dos casos de recém-nascidos, óbitos ou situações em que o usuário estiver impossibilitado, cabendo aos familiares ou responsáveis a declaração da cor ou pertencimento étnico-racial. O critério de classificação racial contempla as seguintes opções: preta, parda, branca, amarela e indígena. O



pesquisador se autoidentifica como pertencente a uma dessas categorias, de acordo com suas características, sendo esta uma autodeclaração étnico-racial que cada pessoa faz de si mesma (IBGE, 2022).

A importância do Censo reside no fato de que seus dados contribuem para quantificar a população negra, conhecer os diversos agravos que acometem essa população em múltiplos aspectos, como educação, renda, morbidade, mortalidade, habitação, lazer, cultura, segurança e saúde, entre outros, além de possibilitar o traçado de políticas públicas específicas (Kalckmann et al., 2024).

Pesquisadores das relações raciais e interétnicas utilizam o termo *raça* não para afirmar sua realidade biológica, mas para explicar o racismo, uma vez que esse fenômeno continua a se basear na crença da existência de raças hierarquizadas. Dessa forma, neste trabalho não será utilizado o termo “*raça negra*”, mas sim *pessoas negras*, considerando que todos pertencem à espécie humana. A *raça* não constitui uma realidade biológica, mas um conceito cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana ou dividi-la em raças estanques, uma vez que, do ponto de vista biológico e científico, as raças não existem (Munanga, 2003).

No que se refere ao conceito de *raça*, Mbembe (2014) a define como um complexo perverso, gerador de temores, tormentos, perturbações do pensamento e terror, produzindo sofrimentos profundos e, em determinadas circunstâncias, catástrofes.

Entre as catástrofes que acometeram a população negra – tema específico deste trabalho – destaca-se o processo de escravização de povos africanos ao longo de séculos, com todas as consequências sociais, econômicas e simbólicas que esse sistema produziu. Tais consequências ainda atingem as pessoas negras mesmo após mais de um século do fim formal da escravidão no Brasil, com repercussões que ultrapassam as fronteiras nacionais. No Brasil, o racismo incide sobre indivíduos cuja aparência é associada a traços de origem africana, combinados à cor da pele escura, à textura do cabelo, aos gestos, aos traços físicos e à fisionomia. Trata-se do racismo antinegro, fundamentado em marcas fenotípicas, culturais e sociais herdadas do período de escravização, como cabelo, nariz, lábios, cor da pele, tipo de cabelo, religião, local de moradia, renda e escolaridade. Esses elementos são suficientes para que essas pessoas sejam discriminadas e submetidas a diferentes manifestações do racismo.

Almeida (2019) compreende o racismo como uma ideologia que, para se manter, precisa estar ancorada em práticas sociais concretas, articuladas a sistemas econômicos, políticos e jurídicos que perpetuam condições de subalternidade. Essas estruturas mantêm a população negra em posições sociais desvantajosas, com baixos salários, afastamento dos espaços de decisão e maior exposição à violência. O autor também destaca o papel histórico de filósofos, cientistas, instituições acadêmicas e museus na legitimação e manutenção do racismo.

Estudos demonstram que, do ponto de vista socioeconômico, pessoas brancas são menos afetadas pela informalidade e pelo desemprego, menos vitimizadas por catástrofes, menos expostas às



violências e apresentam melhores expectativas de vida, além de comporem uma minoria expressiva no sistema prisional e apresentarem melhores indicadores sociais. Em contrapartida, a população negra encontra-se mais vulnerabilizada e sub-representada em espaços decisórios e estratégicos de poder, convivendo com maior carga de doenças crônicas, multimorbidade e maiores taxas de mortalidade por tuberculose, doenças negligenciadas, hipertensão e diabetes. Observa-se ainda maior risco de morte por desnutrição, menor número de consultas de pré-natal entre gestantes negras, menor acesso a bens e serviços de saúde, especialmente aqueles de alta densidade tecnológica, além de maior incidência de mortes evitáveis e piores indicadores de saúde.

Entre as principais causas de adoecimento e morte da população negra destacam-se as mortes por causas externas, como acidentes e violências, com elevada incidência de homicídios entre jovens negros; a tuberculose, associada às condições precárias de vida; o diabetes mellitus; a hipertensão arterial; e a doença falciforme, uma das doenças hereditárias mais comuns no Brasil, com elevada mortalidade, especialmente entre pessoas negras. Ressalta-se que a população negra convive mais frequentemente com a multimorbidade, caracterizada pela presença simultânea de várias doenças crônicas. Da mesma forma, o racismo produz desigualdades na ocorrência de doenças infecciosas e causas externas. Dados sobre saúde mental no Brasil indicam maior incidência de internações, mortes por transtornos mentais e suicídios na população negra, evidenciando um processo de adoecimento associado a piores condições de vida. Esses dados refletem as desigualdades nas condições de vida, trabalho e saúde das pessoas negras. Esse processo, que se perpetua e se atualiza historicamente, é denominado racismo e produz uma estratificação social hierarquizada que coloca a população negra em desvantagem em relação à população branca, naturalizando desigualdades que não possuem base biológica ou genética (Pernambuco, 2024).

O racismo cria e intensifica vulnerabilidades, resultando em elevadas taxas de adoecimento e mortalidade da população negra, além de impor barreiras ao acesso a direitos. Por esse motivo, o reconhecimento dessa realidade é fundamental para o desenvolvimento de ações e estratégias voltadas à transformação social (Bahia, 2017).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo geral descrever o impacto do racismo na vida e na saúde de pessoas negras residentes no interior do estado da Bahia, compreendendo o racismo não apenas como um fenômeno interpessoal, mas como um processo histórico, social e estrutural que atravessa trajetórias individuais e coletivas. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) realizar a escrivência da história de vida do autor e de membros de sua família que foram vítimas de práticas racistas, valorizando suas narrativas como formas legítimas de produção de conhecimento; e (ii) descrever de que maneira o racismo constituiu um dos fatores de adoecimento dos integrantes da



família Santos no estado da Bahia, considerando seus efeitos sociais, históricos, subjetivos e simbólicos ao longo das gerações.

Para o alcance dos objetivos propostos, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, ancorada na perspectiva antropológica e histórica. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno do racismo a partir das experiências vividas, dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas trajetórias e das relações estabelecidas entre memória, identidade e saúde. O principal procedimento metodológico utilizado foi a *escrevivência*, compreendida como um recurso teórico-metodológico que articula memória, experiência vivida e produção de conhecimento, permitindo que sujeitos historicamente subalternizados assumam o protagonismo narrativo de suas próprias histórias. A *escrevivência* foi utilizada tanto para a redação da história de vida do autor quanto para o registro das memórias individuais e coletivas de membros de sua família vítimas do racismo, possibilitando a construção de um corpus narrativo situado social, cultural e historicamente.

De forma complementar, a pesquisa fundamentou-se em uma perspectiva antropológica qualitativa, que possibilitou analisar o racismo enquanto fenômeno estrutural, histórico e cotidiano, compreendendo-o como um dos determinantes sociais do adoecimento físico e psíquico dos membros da família Santos. Essa articulação metodológica permitiu interpretar as experiências narradas não apenas como vivências individuais ou episódicas, mas como expressões de processos sociais mais amplos, relacionados às desigualdades raciais historicamente construídas no contexto baiano e brasileiro, especialmente no que se refere ao acesso a direitos, serviços de saúde, educação e condições dignas de vida.

No que se refere aos procedimentos técnicos, foi realizada inicialmente uma ampla revisão da literatura e uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre os temas *escrevivência* e racismo, com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo e subsidiar a análise das narrativas produzidas. A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de consulta à literatura impressa e por acesso eletrônico à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram priorizados artigos científicos, livros, dissertações e teses que dialogassem com os campos dos estudos raciais, da saúde da população negra, da memória social e das metodologias qualitativas baseadas em narrativas, histórias de vida e memórias.

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se análise documental, composta por documentos pessoais, registros históricos e fotografias pertencentes aos membros da família Santos. Esses materiais contribuíram para a contextualização das narrativas, permitindo a reconstrução histórica das experiências de racismo vivenciadas pela família ao longo das gerações, bem como a identificação de



lacunas documentais que evidenciam processos de apagamento histórico e desumanização impostos à população negra.

Como técnica de coleta de dados, utilizaram-se narrativas de histórias de vida de membros da família paterna e materna do autor. As narrativas foram consideradas centrais para a pesquisa por possibilitarem a compreensão aprofundada das experiências de racismo e de seus impactos na saúde, nas relações familiares, no trabalho e nas trajetórias de vida dos participantes. Os informantes-chave foram membros da família paterna e materna, prioritariamente aqueles com idade igual ou superior a 55 anos, em razão de sua vivência histórica mais extensa e de sua capacidade de rememorar experiências intergeracionais. A participação esteve condicionada à disponibilidade e ao interesse em colaborar com a pesquisa, independentemente de residirem ou não no estado da Bahia.

As narrativas de histórias de vida foram gravadas na íntegra, com o auxílio de gravadores digitais, e registradas em diário de campo pelo pesquisador, permitindo a observação de aspectos contextuais, emocionais e relacionais emergentes durante os relatos. Após a gravação, os registros foram disponibilizados aos participantes, possibilitando que ouvissem seus relatos e, caso desejassem, realizassem alterações, complementações ou esclarecimentos em relação ao conteúdo de seus discursos. Somente após a concordância expressa dos participantes, os registros foram utilizados como material da pesquisa. As narrativas foram posteriormente transcritas na íntegra, preservando-se a fidelidade dos relatos, as expressões linguísticas e as particularidades discursivas dos sujeitos narradores.

A análise dos dados foi realizada por meio da interpretação hermenêutica, orientada pela perspectiva dos estudos antropológicos e dos estudos sobre a população negra. Buscou-se apreender, por meio de procedimentos sistemáticos de análise de conteúdo, os marcadores conceituais presentes nas narrativas, tais como experiências de discriminação racial, estratégias individuais e coletivas de resistência, impactos subjetivos do racismo, processos de adoecimento físico e psíquico e relações entre memória, identidade e pertencimento. Esses marcadores subsidiaram a construção crítica de interpretações hermenêuticas do corpus textual resultante da escrivência, da pesquisa de campo e da análise documental, possibilitando uma compreensão ampliada dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e aos efeitos do racismo em suas vidas.

No que diz respeito aos aspectos éticos, todos os sujeitos convidados a participar da pesquisa foram previamente esclarecidos acerca dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, dos possíveis riscos e benefícios, bem como do direito à autonomia, sendo garantida a liberdade para participar ou desistir da pesquisa em qualquer etapa, sem prejuízo de qualquer natureza. A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, tendo sido aprovada sob o número de parecer 7.912.810.



A coleta de dados teve início somente após a aprovação do CEP da instituição proponente. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações detalhadas sobre a pesquisa, seus objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e a garantia do anonimato, foi apresentado aos participantes, em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). O TCLE foi assinado em duas vias, permanecendo uma delas em posse do participante, assegurando-lhe acesso aos dados do pesquisador para eventuais esclarecimentos ou contatos futuros, reafirmando o compromisso ético da pesquisa com a dignidade, a escuta e o respeito aos sujeitos envolvidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Às vezes a impressão que tinha durante a análise dos relatos dos meus ancestrais era que eles viveram como se não existissem no mundo e viveram só pra viver mesmo!”

A coleta de dados ocorreu por diferentes meios, respeitando as possibilidades, condições materiais, limitações tecnológicas e disponibilidade dos participantes. Parte das informações foi obtida por meio de videochamadas e ligações telefônicas, estratégia adotada sobretudo em razão da distância geográfica e da necessidade de preservar a segurança e o conforto dos informantes. Outras informações foram coletadas por mensagens de áudio enviadas via aplicativo WhatsApp, posteriormente transcritas de forma integral pelo pesquisador, garantindo a fidelidade às narrativas e à oralidade característica das histórias de vida. Houve ainda registros obtidos de forma presencial e por mensagens de texto, estas últimas com o auxílio de filhos dos participantes, que colaboraram na mediação tecnológica e na descrição das respostas, especialmente nos casos em que os informantes apresentavam dificuldades de escrita ou de uso de dispositivos digitais. Todos os procedimentos foram realizados após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando a anuência dos participantes, o respeito à autonomia dos sujeitos e o cumprimento dos princípios éticos que orientam a pesquisa com seres humanos.

Participaram do estudo seis familiares, com idades entre 55 e 84 anos, sendo quatro do sexo feminino e dois do sexo masculino. Todos pertencem ao mesmo núcleo familiar ampliado e mantêm vínculos diretos com os pais do pesquisador. Dentre os participantes, quatro estão vinculados à família materna — uma filha, uma irmã e dois primos — e dois à família paterna — um irmão e uma irmã. A predominância de mulheres entre os participantes revela-se um dado relevante, pois reforça a centralidade feminina na preservação da memória familiar, na transmissão intergeracional das histórias de vida e na manutenção dos vínculos afetivos, aspecto amplamente identificado em pesquisas que utilizam narrativas autobiográficas, histórias de vida e escrivência como estratégias metodológicas.

As narrativas construídas a partir das histórias de vida revelaram aspectos significativos do processo migratório da família, especialmente no que se refere ao deslocamento de seus membros da



cidade de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano, para o município de Ilhéus, no sul da Bahia. Um dos informantes relatou que os ancestrais da família nasceram no distrito de Dom Macedo Costa, então pertencente ao município de Santo Antônio de Jesus, localizado a aproximadamente 187 km de Salvador e 265 km de Ilhéus. Segundo os relatos, a migração para Ilhéus ocorreu após a década de 1940, período que o pesquisador denomina como uma “segunda diáspora” familiar, coincidente com o ano de nascimento de seu pai. Apesar da recorrência dessa informação entre os participantes, não foram identificadas respostas conclusivas acerca dos motivos específicos da mudança para o distrito de Banco da Vitória, evidenciando lacunas na memória histórica familiar, possivelmente relacionadas aos processos de apagamento, silenciamento e fragmentação da história vivenciados pela população negra ao longo do pós-abolição.

Os relatos apontam para um contexto marcado por extrema pobreza, precariedade material e luta cotidiana pela sobrevivência. A migração surge, assim, associada ao desejo de acessar melhores condições de vida, maior aceitação social e possibilidades de inserção no mercado de trabalho, configurando-se como uma estratégia histórica de resistência frente às adversidades impostas pelo racismo estrutural. Essa experiência familiar dialoga com processos mais amplos de mobilidade forçada da população negra no período pós-abolicionista, caracterizado pela exclusão sistemática de direitos básicos, pela ausência de políticas públicas de inclusão e pela necessidade permanente de deslocamento em busca de meios mínimos de subsistência.

Os achados empíricos desta investigação dialogam com a literatura histórica que aponta que os primeiros africanos escravizados chegaram majoritariamente à região Nordeste do Brasil, onde se consolidou a agroindústria canavieira, especialmente no Recôncavo Baiano. Salvador, fundada em 1549, consolidou-se como o principal eixo econômico da colônia, sustentado pelo trabalho escravizado nos engenhos de açúcar, um dos setores mais avançados da economia ocidental no século XVI. Nesse contexto, o Recôncavo Baiano configurou-se como um dos principais espaços de exploração, concentração e reprodução da mão de obra africana escravizada, cujos efeitos sociais, econômicos e demográficos persistem até os dias atuais.

Nesse sentido, as narrativas dos participantes mostram-se coerentes com registros históricos que indicam que as terras do distrito de Banco da Vitória integraram a antiga Sesmaria Victória, localizada a cerca de seis quilômetros do centro de Ilhéus. Posteriormente transformada em fazenda no século XIX, essa região abrigou um dos maiores contingentes de africanos escravizados do estado da Bahia. Inicialmente arrendada aos padres jesuítas para o cultivo de cana-de-açúcar e algodão, a área passou, ao longo do tempo, a abrigar pequenas roças destinadas à produção de mandioca, feijão, algodão e cana-de-açúcar, além de se mostrar especialmente favorável ao cultivo do cacau, introduzido no município de Ilhéus em 1752, em razão de sua localização estratégica às margens do Rio Cachoeira (Rodrigues, 2021).



Um dado recorrente nas narrativas refere-se ao desconhecimento acerca da origem do sobrenome Santos. Os informantes não souberam precisar como o sobrenome foi incorporado à família, o que evidencia o apagamento identitário historicamente imposto à população negra. Esse dado empírico dialoga com as reflexões de Neusa Santos Souza (2021), ao afirmar que, mesmo após a abolição, a população negra permaneceu confinada a posições socialmente inferiorizadas, sendo compelida a ocupar lugares de subalternidade, docilidade e utilidade, sem acesso a direitos, indenizações ou políticas efetivas de inclusão. O período pós-abolicionista, nesse sentido, não representou uma ruptura com a lógica da exclusão, mas sim sua reconfiguração em novas formas de controle social.

A análise geracional reforça essa interpretação histórica. O pesquisador identifica-se como bisneto de pessoas escravizadas, considerando o nascimento de seu avô paterno em 1896, apenas oito anos após a abolição formal da escravatura no Brasil. Seus pais nasceram em 1934 e 1940, respectivamente, ou seja, 54 e 48 anos após 1888, tendo vivenciado de forma direta os impactos do pós-abolição, da exclusão social e da consolidação do racismo estrutural ainda vigente no país. Essa proximidade temporal evidencia que os efeitos da escravização e da ausência de políticas reparatórias não pertencem a um passado distante, mas atravessam gerações e se manifestam no presente.

Estima-se que cerca de quatro milhões de brasileiros possuam o sobrenome Santos, sendo este o segundo mais comum no país. De origem cristã, o termo deriva do latim *sanctus* e, inicialmente, era atribuído a nobres ibéricos nascidos no Dia de Todos os Santos. No Brasil colonial e imperial, o sobrenome passou a ser utilizado também como marcador territorial, indicando indivíduos provenientes da Província da Bahia de Todos os Santos. Após a abolição, tornou-se amplamente atribuído a ex-escravizados, que, até então, não possuíam sobrenomes reconhecidos legalmente. A imposição de nomes e sobrenomes de matriz cristã representou uma forma de violência simbólica e de apagamento das identidades africanas, reforçando as bases do racismo estrutural (Póvoas, 2025).

Góes (2022) complementa ao afirmar que os nomes impostos aos africanos escravizados funcionavam como marcas de posse, controle e propriedade, vinculando-os à família senhorial e garantindo sua identificação como *res*, isto é, como mercadoria. Essa lógica de desumanização se confirma na análise documental realizada nesta pesquisa, uma vez que não foram encontrados registros civis, como certidões de nascimento, casamento ou óbito, referentes a avós, bisavós e tataravós da família investigada. Tal ausência documental reforça a condição de inumanidade historicamente atribuída às pessoas negras escravizadas, frequentemente enterradas como indigentes e destituídas de qualquer reconhecimento jurídico ou social.

Outro resultado relevante diz respeito ao desconhecimento da origem africana específica dos ancestrais da família. Os informantes relataram conhecer apenas primeiros nomes ou apelidos de familiares mais antigos, além de mencionarem que alguns parentes se comunicavam em um dialeto



não compreendido pelas gerações mais jovens, possivelmente o iorubá. Esse dado evidencia, mais uma vez, o apagamento linguístico e cultural promovido pelo racismo, que interrompeu a transmissão de línguas, saberes, práticas religiosas e referências identitárias, fragilizando os vínculos com a ancestralidade africana.

Como parte complementar da pesquisa, o pesquisador realizou um Teste de Ancestralidade Global, cujo resultado indicou que 91% de sua ancestralidade genética é de origem africana. Esse achado reforça os relatos familiares, dialoga com a literatura histórica que aponta a Costa da Mina como uma das principais regiões de origem dos africanos trazidos ao Brasil e suscita sentimentos de orgulho, pertencimento e reconexão com a ancestralidade, contribuindo para o fortalecimento da identidade negra e da consciência histórica.

No que se refere às experiências de racismo, os informantes relataram episódios vivenciados ou presenciados ao longo de suas trajetórias de vida, muitas vezes de forma explícita, mas também de maneira naturalizada, sem a nomeação direta do fenômeno. Esse dado empírico dialoga com Almeida (2019), que compreende o racismo em suas dimensões individual, institucional e estrutural. Observou-se que práticas discriminatórias foram incorporadas ao cotidiano como algo “normal”, revelando o grau de internalização do racismo estrutural e sua capacidade de produzir subjetividades marcadas pela resignação e pelo silenciamento.

As narrativas evidenciam que o racismo institucional determinou historicamente a associação da população negra ao trabalho braçal, à objetificação e à desumanização. Atitudes de desrespeito, estigmatização, desconfiança e desvalorização foram recorrentes nas experiências relatadas, muitas vezes aceitas pelos próprios sujeitos em razão da ausência de mecanismos de denúncia, proteção e reconhecimento de direitos. Essa naturalização do racismo confirma sua dimensão estrutural e sua capacidade de se reproduzir de forma contínua e silenciosa, conforme discutido por Almeida (2019).

Cida Bento (2020) contribui para a compreensão desses achados ao destacar que as mulheres negras ocupam majoritariamente postos de trabalho doméstico, uma herança direta do período escravocrata. O trabalho doméstico permanece como um espaço de reprodução das desigualdades raciais e de gênero, reforçando privilégios simbólicos e materiais para a população branca e desvantagens sistemáticas para a população negra.

Munanga (2006) aponta que manifestações culturais como os cabelos, os penteados, a religiosidade, a culinária, os blocos afros, a capoeira e as comunidades quilombolas constituem formas de resistência e afirmação dos valores civilizatórios negros. Esses elementos aparecem nas narrativas como estratégias de preservação identitária frente ao racismo.

Por fim, Moura (1994) destaca que, no pós-abolição, a população negra foi excluída da divisão da riqueza social, sem acesso a políticas de reparação, terra, moradia, educação ou saúde. Esse cenário histórico se reflete diretamente nas trajetórias narradas pelos participantes. A escrivência, nesse



contexto, emerge como uma estratégia política e epistemológica de reconstrução da memória, de denúncia do racismo e de afirmação da humanidade e da dignidade dos sujeitos negros, conforme apontam Oliveira et al. (2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quem não tem passado, não tem presente e nem poderá ter futuro”.
Abdias Nascimento

A realização desta pesquisa evidenciou o poder do conhecimento e da memória como elementos centrais na constituição da identidade humana, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva. A memória, compreendida não apenas como lembrança do passado, mas como prática viva e situada, revelou-se fundamental para a compreensão das trajetórias pessoais e familiares e para a construção de sentidos sobre pertencimento, história e existência. Nesse contexto, a escrita da própria história, por meio da escrivência, configurou-se como um potente processo de resgate histórico, cultural e ancestral, possibilitando a reconstrução de narrativas marcadas por silenciamentos, apagamentos e violências estruturais impostas à população negra ao longo da história brasileira.

Ao revisitar memórias familiares, esta investigação mobilizou emoções profundas e ambíguas, trazendo à tona feridas históricas e marcas deixadas pela escravização de gerações passadas, desde bisavós e ancestrais cujas existências foram atravessadas pela negação sistemática da humanidade, da dignidade e do direito à vida plena. Esse mergulho na história familiar permitiu compreender como as experiências de dor, resistência e sobrevivência foram transmitidas entre gerações, moldando subjetividades e formas de estar no mundo. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que o silêncio imposto a essas histórias não foi fruto do esquecimento, mas resultado de um projeto histórico de apagamento das experiências negras, cujos efeitos ainda se fazem sentir no presente.

O exercício de narrar essas histórias revelou-se não apenas um procedimento metodológico, mas também um processo formativo, político e ético, que possibilitou o autoconhecimento, o reconhecimento do outro e a construção de um sentimento profundo de pertencimento. Conhecer a própria história mostrou-se essencial para compreender a realidade contemporânea, ressignificar o passado e projetar-se para o futuro de forma consciente e crítica. Esse percurso, contudo, não se deu de maneira isenta de conflitos emocionais, despertando sentimentos de indignação, revolta, tristeza e sofrimento ao confrontar a história de um país edificado à custa do sequestro, da exploração e da desumanização de povos africanos, sem que houvesse, ao longo do tempo, políticas efetivas de reparação histórica. Tais sentimentos se intensificam diante da persistência do racismo na sociedade brasileira contemporânea, que se manifesta de forma estrutural e institucional, inclusive nos espaços acadêmicos, muitas vezes legitimado por discursos de neutralidade científica.



Os resultados desta pesquisa possibilitaram identificar e descrever os antecedentes históricos da família Santos, bem como compreender os impactos do racismo na vida e na saúde de pessoas negras no estado da Bahia. Embora a busca pela ancestralidade africana não tenha produzido respostas conclusivas quanto às origens específicas dos ancestrais familiares — em razão das múltiplas procedências dos povos africanos trazidos ao Brasil, do apagamento histórico sistemático e da escassez de documentos oficiais —, o estudo permitiu o resgate de memórias esquecidas, fragmentadas ou silenciadas, fortalecendo vínculos culturais, simbólicos e ancestrais. Esse reencontro com a própria história produziu uma reconexão afetiva e identitária que se traduziu em força, determinação e ampliação da consciência crítica para a continuidade da construção da identidade individual e coletiva.

A dificuldade de acesso a registros civis, como certidões de nascimento, casamento e óbito, revelou-se um dado empírico significativo, reafirmando a condição histórica de desumanização imposta às pessoas negras escravizadas e a seus descendentes, bem como a permanência de desigualdades no acesso à memória, à história e ao reconhecimento institucional. Tal ausência documental evidencia que a negação do direito à existência formal e à memória não se encerrou com o fim da escravidão, mas permanece como herança de um sistema que hierarquiza vidas. Nesse sentido, a escrevivência mostrou-se uma ferramenta potente para tensionar os limites da historiografia oficial, permitindo que narrativas subalternizadas ocupem o espaço da produção científica e sejam reconhecidas como formas legítimas de conhecimento e de elaboração histórica.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa contribui para o campo dos estudos sobre racismo, memória, saúde da população negra e metodologias qualitativas, ao evidenciar o racismo como determinante social do adoecimento e ao inserir a escrevivência como método de investigação, análise e produção de conhecimento. Ao adotar essa abordagem, o estudo amplia as possibilidades epistemológicas no âmbito da pós-graduação, ao apresentar uma metodologia que, até então, não havia sido explorada no programa, enriquecendo o acervo de dissertações e teses com perspectivas comprometidas com a justiça social, a pluralidade de saberes e a valorização de epistemologias negras.

Além disso, o trabalho evidencia o racismo presente nas estruturas acadêmicas, manifestado, entre outros aspectos, pela baixa representatividade de pessoas negras nos cursos de pós-graduação, pela desigual distribuição de oportunidades e pela resistência à legitimação de epistemologias não hegemônicas. Nesse contexto, a pesquisa reafirma a necessidade de uma academia mais diversa, crítica e socialmente comprometida, capaz de reconhecer sujeitos negros não apenas como objetos de estudo, mas como produtores legítimos de conhecimento, portadores de saberes situados e experiências historicamente marginalizadas.

Por fim, conclui-se que a escrevivência, ao articular memória, história e experiência, constitui-se como um ato político de resistência, de reparação simbólica e de afirmação da humanidade de sujeitos historicamente silenciados. Este estudo não se encerra em si mesmo, mas abre caminhos para



futuras investigações que aprofundem a relação entre racismo, saúde, memória e ancestralidade, contribuindo para a construção de uma ciência ética, plural e comprometida com a transformação social, com a valorização da história da população negra e com a promoção do bem viver.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais; coordenação de Djamila Ribeiro). ISBN 978-85-98349-74-9.
- BAHIA (Estado). Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Diretoria de Gestão do Cuidado. Área Técnica de Saúde da Mulher. Política estadual de atenção integral à saúde da mulher. Salvador: SESAB, 2016.
- BENTO, Cida. Pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013.
- DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (Orgs.). Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Malê, 2023.
- EVANGELISTA, L. de O.; SIQUEIRA, C. de F. C.; ROCHA, C. M. F. Inter-Ação, Goiânia, v. 46, n.3, 2021.
- EVARISTO, Conceição. A escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). Escrivências: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FERREIRA, A. S. Educação em saúde da população negra na Estratégia Saúde da Família. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 17, e22110, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- FONSECA, [prenome não informado]. In: DUARTE, C. L.; CÔRTEZ, C.; PEREIRA, M. R. A. (Orgs.). Escrivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Malê, 2023.
- GOÉS, L. Direito penal antirracista. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2022.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- KALCKMANN, S.; SANTOS, C. G.; BATISTA, L. E.; CRUZ, V. M. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007. DOI: 10.1590/S0104-12902007000200014. Acesso em: 15 mar. 2024.
- MBEMBE, A. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.
- MOURA, Clóvis. Racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, n. 34, ago./out. 1994.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, 05 nov. 2003.



MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. Educação de jovens e adultos, 2º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2006. 2. ed. rev. e atual. (Coleção Viver e Aprender).

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria Estadual de Saúde. Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco. Curso introdutório: desigualdades raciais e seus efeitos na saúde: livro didático do curso autoinstrucional. Recife: SES/ESPPE, 2024. 119 p.: il.

PÓVOAS, R. C. Presença do negro na cultura ilheense. Disponível em: https://www.uesc.br/nucleos/kawe/candomble/index.php?item=conteudo_contextos.php. Acesso em: 15 mar. 2025.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Brasília, v. 20, n. 2, p. 36-51, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/les.v20i2.23381>

RIBEIRO, S. S.; GIRALDI, P. M.; CASSIANI, S. Escrevivência: inspiração teórica e metodológica como caminho para uma educação em ciências interseccional. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XIII ENPEC EM REDES, 27 set. a 1 out. 2021.

RODRIGUES, R. C. A história esquecida. Banco da Vitória. Versão 3, 2021.

SOUZA, Nei S. Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

